

A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E AS PORTAS ABERTAS PARA A ANÁLISE RETÓRICA NA ECONOMIA

RESUMO

O presente trabalho pretende demonstrar a plena compatibilidade de se tratar a evolução da ciência a partir de uma fusão entre a análise retórica e o modelo explicativo de Thomas Kuhn, com seus paradigmas, especialmente na economia. Em que pese considerações em contrário, exploradas por alguns autores no presente estudo acerca do assunto, defende-se que os únicos inconvenientes se restrinjam a uma questão de grau de importância, atribuído ora a um método de se contar a história da ciência, ora a outro. A conclusão a que se chega dá conta de que a retórica tenha maior influência na constituição do paradigma do que na sua defesa ou disseminação, embora ela também cumpra um papel nesse último caso.

Palavras-chave: 1) Retórica 2) Kuhn 3) Metodologia

ABSTRACT

The present study intends to demonstrate the compatibility of treating science evolution from the melting between the rhetoric analysis and Thomas Kuhn explicative model, with his paradigms, especially in economics. Although the considerations in contrary perspective explored by some authors in this issue, it is advocated that the only inconvenient are restricted to the degrees of importance attributed to a way of telling the science history, or another. The main conclusion stated shows that the rhetoric has more influence in the paradigms constitution than in your own defense, though it plays a role in this last case.

Keywords: 1) Rhetoric 2) Kuhn 3) Methodology

AUTORES

*José Guilherme Silva Vieira (UFPR)
(e-mail: jg.vieira@uol.com.br)*

e

*Ramón Garcia Fernández (FGV/EESP)
(e-mail: ramongf@fgvsp.br)*

CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DO JEL: (B4)

ÁREA ANPEC: Área 1 - Escolas do Pensamento Econômico, Metodologia e Economia Política

INTRODUÇÃO

O estudo do papel da retórica na economia é, relativamente, recente enquanto programa de pesquisas. Todavia, desde a publicação dos que agora são considerados clássicos textos de McCloskey (1983) e Arida (1983), cresce o número de trabalhos destinados a aplicar esse conjunto de ferramentas situadas no campo dos argumentos e discursos, para explicar os empreendimentos das diversas comunidades científicas, que se dedicam a estudar os fenômenos de natureza econômica. Obviamente, à medida que muitas das conclusões a que chegam os retóricos¹ em seus estudos põem por terra várias das certezas quanto a algumas “Verdades”, descobertas a partir de empreendimentos científicos das diversas afiliações paradigmáticas, eles [os retóricos] têm sido muito criticados.

Sem dúvida, e a princípio não deveria haver razão objetiva para isso, a maioria dos trabalhos no campo da retórica na economia que agora são desenvolvidos demonstra especial interesse pela análise da utilização da retórica nas construções de teses neoclássicas. Ataques ao ferramental que utilizam e às conclusões a que chegam, seja a partir de métodos internos ao programa neoclássico, seja através da indução, da dedução, da falsificação, do instrumentalismo etc. somam-se com as críticas quanto à forma como esses instrumentos são arrançados para se chegar a uma pretensão de Verdade. Mas não se deve daí concluir que os retóricos possam ser classificados apenas como mais um programa de pesquisa *revolucionário* que concorre com o *mainstream*. Os próprios textos clássicos da área (as citadas obras de Arida e McCloskey) *per se*, já desautorizam afirmações desse tipo. McCloskey foi bastante duro com as construções neoclássicas, mas não se resumiu a elas. Arida, igualmente, não foi capaz de concluir que a postura *hard science* (identificada com o *mainstream*) fosse a única capaz de realizar pesquisa equivocada, ou mesmo de se autodenominar porta-voz da “verdadeira” Ciência. Assim, a crítica aos que se propõem a utilizar a retórica como método para compreender a maneira como os economistas fazem a sua ciência não se restringe também aos economistas neoclássicos. Isso foi corretamente advertido por Paulani (2005), marxista e crítica declarada de muitas conclusões a que chegam os defensores da retórica.

No Brasil, entre os críticos da natureza dos estudos sobre o papel da análise retórica da economia, ressaltam-se as afirmações de serem os estudiosos desse método meros “operários da desconstrução” à la Derrida - impulso inicial admitido por Paulani (2005), que ainda se opõe ainda aos que minimizam o papel que a Verdade desempenha nesse processo de reconstrução da história da ciência² - e preocupações quanto ao que se pretende colocar no lugar daquilo que os retóricos atacam, que parece ser o caso de Prado Jr. (1996). Talvez por isso, como observa esse último, muitos dos que se dedicam ao estudo da retórica tenham se colocado na defensiva, alertando, eles mesmos, para o cuidado de “*não se jogar o bebê fora junto com a água do banho*”. O uso da retórica na economia, como observa Gala (2003), é questionado ainda por supostamente reduzir a importância relativa da busca da “Verdade” nas pesquisas, direcionando o foco das mesmas para a maneira como os economistas se utilizam das técnicas de *persuasão*.

Acerca da Verdade, para essa breve introdução, vale lembrar que, desde Platão, existe uma longa discussão nos campos da filosofia e do método sobre a importância que ela assume na análise dos empreendimentos científicos. No entanto, a partir da análise de três textos que inspiram a maioria dos estudos no campo da retórica na economia, há que se observar que não se pode concluir que o uso desse método se faça em detrimento da Verdade. Em “Tratado da Argumentação: A Nova Retórica”, por exemplo, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) observam que o fato da argumentação científica partir ou não de pressupostos “verdadeiros” e, de igual forma, atingir ou não a Verdade não pode ser considerado

¹ retóricos [ou *retoricistas*, como queiram]

² Acerca da primeira afirmação, Paulani (2005) cita Fernández (1996) dizendo que este se incomoda com as críticas ao *projeto retórico*, quando realizadas por economistas ‘alheios ao *mainstream*’ [condição em que ela, Paulani, se encontra, por exemplo], já que, para Fernández, o *projeto retórico* contempla uma gama de programas críticos da visão tradicional. Quanto à questão da Verdade, cumpre aqui observar que suas críticas [de Paulani] assemelham-se às objeções que Bernard Williams (em “*Auto da fé*” in: MALACHOWSKI, Alan R. ed., *Reading Rorty*. Oxford and Cambridge. M. A: Blackwell, 1991.) fez à Rorty, com relação ao mesmo ponto, sustentando que, se a Verdade não for o objeto último da Ciência (conclusão derivada de sua interpretação de Rorty) ela [a Ciência] perderia sua utilidade.

como um objeto legítimo de estudo. Além disso, observam que não há fatos ou “evidências”³ empíricas capazes de atestar o caráter “verdadeiro” de uma teoria, pois esses “fatos” também podem ser entendidos como *acordos* quanto à forma de se ver os objetos.

A nova retórica, enquanto conjunto de técnicas de argumentação destinadas a *persuadir* e *convencer*⁴ o público universal ou algum público particular, não necessita da manifestação da Verdade para esse fim. Isso não é o mesmo quer dizer que a retórica seja incompatível com a verdade, apenas que não necessita dela. Os escritos de Rorty (1994) têm se destacado no mesmo sentido e inspiram frequentemente os retóricos na economia. A visão pragmática de mundo e relativa da verdade tem assim angariado um número crescente de adeptos.

Mas é provável que a discussão da possível incompatibilidade entre a Verdade e a Retórica *na economia* se deva, em grande medida, à leitura de McCloskey (1983) e de vários outros textos de sua autoria. Isso porque McCloskey ataca incisivamente a noção de que a ciência se faz através da Verdade, ou mesmo em direção à ela. McCloskey não acredita nas Verdades absolutas e a Ciência, em última instância, não precisa delas para avançar. As Verdades em qualquer Ciência, geralmente são apenas verdades (com “v” minúsculo) designações da natureza dos fenômenos compactuadas por comunidades científicas em algum momento do tempo, momentâneas, portanto.

Em hipótese alguma, McCloskey admite que se possa chegar às Verdades universais. É daí que Fernández (2003) acredita que, as críticas de Mäki ao possível desprezo que McCloskey aparenta ter com relação à verdade residam no equívoco de não se diferenciar aquelas verdades, com “v” minúsculo, das Verdades com “V” maiúsculo. Na opinião de Fernández, *ibid*, é para com esse segundo caso que McCloskey dirige a maior parte das suas críticas. Mas, ao mesmo tempo em que defende o ponto de vista de McCloskey, Fernández observa que nem mesmo entre os “retoricistas” há acordo com relação à importância da Verdade para a retórica, tanto no ponto de partida, quanto no de chegada.

Ainda com relação a esse tema, destaca-se a visão de Arida (1983) que, muito embora também não reconheça a necessidade objetiva da argumentação de partir de elementos reais ou verdadeiros, e de tão pouco defender que a retórica conduza a pesquisa em direção à Verdade, manifesta suas preocupações com relação ao tema de forma relativamente *softest*, por assim dizer, se comparadas às de McCloskey. Como se vê, não há elementos para se chegar a alguma conclusão final sobre o tema.

Justamente por isso, no presente trabalho, trata-se a retórica como técnica de *persuasão* independente do fato de partir ou não de elementos *reais* ou *verdadeiros*. Pressupõe-se tão somente que a retórica permite entender, entre outras coisas, as razões do sucesso que determinadas teorias alcançaram com respeito à conquista do público especializado. É bem verdade que também a outros públicos, mas o interesse aqui, nesse trabalho, é para com os membros da comunidade científica. Assim defende-se que sua utilização se faz a todo o momento na Ciência. Anuatti (2003) percebeu, a partir da análise dos escritos de Keynes (e nisso não se restringiu ao estudo da *Teoria Geral*, pois analisou a trajetória de Keynes para a conquista da atenção do público especializado, bem como do público em geral) uma oportunidade de analisar o sucesso de uma das maiores “Revoluções” de pensamento no campo da economia: a ascensão da doutrina keynesiana à condição de corrente dominante.

O presente trabalho surgiu a partir das mesmas motivações de Anuatti. Isto é, surgiu da percepção de que a “Revolução” Keynesiana, uma revolução tipicamente kuhniana, não se fez ao largo de elementos subjetivos, por vezes, ou de técnicas argumentativas destinadas a *convencer* e *persuadir* o

³ O termo *evidências* é aqui usado entre aspas para ecoar as preocupações de Perelman (1997) de que o conhecimento só seria tratado como científico, pelos “teóricos clássicos do conhecimento”, a partir da apresentação das *evidências* de sua validade ou veracidade, entendidas como *provas* de que suas proposições analíticas refletiriam o real. Perelman, *ibid*, acha que o termo *evidências*, em si é, por demais, relativo. Neste trabalho, concorda-se com o último.

Entre outros pesquisadores da Retórica, o teste empírico também é condenado e associado diretamente ao Modernismo. As extensas e repetidas reprovações ao empirismo como método de se obter a validação de determinadas teses, presentes em *The rhetoric of economics*, levaram Blaug (1999, p. 28) a denominá-lo como “*O Lobo Mau do livro de McCloskey*”.

⁴ Acerca dos temas *persuasão* e *convencimento*: “Propomo-nos a chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo o ser racional”. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p.31)

público. No entanto, a principal diferença com relação ao trabalho de Anuatti, *ibid.* é que o interesse do autor desse ensaio é maior para com o estudo da retórica na *Teoria Geral*, dado que se entende que ela foi o principal veículo utilizado para convencer o auditório profissional.

Todavia, para a realização desse projeto, entende-se fazer necessária a confecção de dois textos. O primeiro deles destina-se a demonstrar a plena compatibilidade de se estudar o uso de recursos retóricos para o estabelecimento de uma comunidade científica em torno de um paradigma, apontando a “Revolução” Keynesiana como exemplo apenas. O segundo, buscando analisar como os recursos retóricos foram utilizados para reescrever, reinventar e suplantiar toda uma tradição científica anterior ou mesmo o caótico estágio inicial de uma ciência. Assim sendo, cabe esclarecer que para esse momento, empreende-se o primeiro desses dois trabalhos. Isto é, o que se propõe aqui é inserir a retórica no ferramental kuhniano. E, como esse é o primeiro de um conjunto de dois trabalhos, as referências à “Revolução”, em si, situam-se aqui no campo dos exemplos [ou “evidências”], puramente falando, não serão abordadas em pormenores. Acredita-se ser válida a análise da retórica como uma manifestação das técnicas e de estratégias destinados a derrubar e, mesmo em sentido oposto, defender o corpo da ciência normal. Algo que se entende como perfeitamente compatível com a obra de Kuhn (2000)

Para descobrir como as revoluções científicas são produzidas, teremos, portanto, que examinar não apenas o impacto da natureza e da lógica, mas igualmente as técnicas de argumentação persuasiva que são eficazes no interior dos grupos muito especiais que constituem a comunidade dos cientistas. (Kuhn, 2000, p. 128)

1. A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS E AS “PORTAS ABERTAS” PARA UMA ANÁLISE RETÓRICA

A partir da clássica obra *A estrutura das revoluções científicas*, publicada em 1962, Kuhn deixa claro que a evolução, o abandono e a substituição das teorias, outrora consideradas corretas para descrever a natureza dos fenômenos que eram objetos de análise de diversas comunidades científicas, encerravam maiores complicações que a mera escolha e aplicação de algum método de se proceder a uma análise científica pudessem representar.

O estudo da evolução das ciências a partir da constituição, do desenvolvimento e esgotamento e, de uma eventual substituição de paradigmas ao longo do tempo chamou a atenção, entre outras coisas, para a postura dos cientistas enquanto pesquisadores. Resumidamente, como se sabe, Kuhn explica o desenvolvimento da ciência a partir da constituição de paradigmas, modelos analíticos constituídos por um conjunto de teorias e procedimentos de pesquisa e de análise da natureza, desposados pela maior parte dos estudiosos de um determinado ramo do conhecimento. Esse empreendimento a que se chama de Ciência só é possível, na concepção de Kuhn, quando os cientistas chegam a *acordos* quanto ao que é e ao que não é válido como objeto de estudo, assim como a forma “correta” de analisar esse objeto.

Não é preciso descrever aqui toda a análise kuhniana a respeito de como esses paradigmas emergem ou se esgotam, ou mesmo de como a comunidade científica se divide entre os cientistas *normais* (que o defendem) e os que se opõem aos *acordos* tácitos que governam a prática de uma determinada ciência, para, com isso, se chamar à atenção para alguns pontos relevantes:

- a) Embora, para Kuhn, a análise empírica *possa* ter grande responsabilidade pelo triunfo inicial de uma teoria sobre as demais, o que talvez permita de alguma forma contribuir para a explicação, um tanto quanto misteriosa, do fim do estado inicial de confusão (característico da fase pré-paradigmática da ciência, onde um grande número de escolas compete entre si pela atenção do público) para a fase científica caracterizada pela vigência de um paradigma, ela [a análise empírica] não parece dar conta dessa explicação sozinha.
- b) O sucesso obtido pela ciência *normal*, pesquisa pró-paradigmática destinada a desenvolver o paradigma e a defendê-lo de toda a sorte de críticas, na explicação dos fenômenos da natureza, não depende de verificações empíricas *exclusivamente* para a preservação de seu *status* de corrente dominante.

- c) Do ponto de vista kuhniano a ciência é um empreendimento da comunidade científica a partir da constituição de um paradigma, mas isso não significa, como reconhece o próprio autor, que a sua evolução [da ciência] se faça “em direção a algo”.⁵
- d) Contradições entre o “mundo real” e as prescrições das teorias defendidas pelos cientistas normais, frequentemente, não são suficientes por elas mesmas para derrubar paradigmas ou mesmo parte do conjunto de crenças desposadas pelos seus defensores.
- e) Os cientistas *normais* não são necessariamente “puros” ou ingênuos a ponto de abandonar suas crenças ou, sequer darem ouvidos (praticar conversações civilizadas, se preferirem) aos críticos do paradigma o qual defendem, seja diante de negações claras das prescrições de suas teorias quando confrontadas com a natureza, seja no plano puramente teórico.

Assim, levando em consideração os quatro primeiros pontos, não restam dúvidas de que o esquema explicativo kuhniano permite explicações complementares, externas aos seus paradigmas, no que diz respeito à descrição da maneira pela qual uma determinada visão de mundo, dentro da Ciência, atinge a condição de corrente dominante em determinado campo de pesquisa. Parece óbvio também que, explicar a derrocada de uma tradição científica com elementos outros - que não a simples inadequação das teorias que governam a pesquisa *normal* com a natureza, diante de um conjunto amplo de *anomalias* e da impossibilidade de colocar remendos aqui e ali, não pode partir da sugestão de um ou outro ponto a se considerar em complemento.

A análise do sucesso e/ou da derrocada de um paradigma é um fenômeno que pode ser analisado a partir de uma ótica multidisciplinar. No entanto, a postura dos cientistas *normais*, quando da vigência de um paradigma (fase pós-paradigmática da Ciência), deve, em tese, restringir o espaço para a conversação a partir de elementos argumentativos externos ao seu *grupo*. Todavia, isso não significa que na conversação entre eles - e no processo de multiplicação de seguidores - a retórica esteja excluída.

Conforme observam Bianchi e Nunes (2002) as tentativas de enquadrar a ciência econômica (a forma como se deu a sua evolução) dentro de um esquema analítico kuhniano não são idéias novas, por assim dizer.⁶ Mas o que se vê nesses trabalhos é a tentativa de demonstrar, seja através de elementos internos ao sistema analítico, seja por análises no âmbito externo (com apelos ao papel desempenhado pelas instituições e as interações sociais que se cercam) que a economia evolui através da constituição, competição e substituição de paradigmas. O que não fica claro, no entanto, é o papel, o grau de importância, que os elementos externos desempenham nas Revoluções. Melhor dizendo: seriam esses elementos externos determinantes do sucesso de uma “Revolução”? E, dentre eles, quais seriam os elementos mais relevantes?

A primeira pergunta pode ser facilmente respondida: não. O fracasso da Ciência *normal* em defender seu paradigma se deve a um conjunto de elementos ligados ao poder de explicação do mesmo, no interior do paradigma. Mas isso não quer dizer que os elementos “exteriores” não possam precipitar ou postergar a dissolução dos *acordos* partilhados pelos pesquisadores *normais*. Quanto à segunda pergunta, aí reside uma *porta aberta* para todo o tipo de explicação, ainda que as explicações mais

⁵ E é bastante clara a idéia por traz desse “algo” a que se refere Kuhn (2000, p. 213), nesse trecho da sua obra que se transcreve aqui: “O processo de desenvolvimento [da ciência] descrito nesse ensaio é um processo de evolução a partir de um início primitivo – cujos estágios sucessivos caracterizam-se por uma compreensão sempre mais refinada e detalhada da natureza. Mas nada do que foi ou será dito transforma-o num processo em direção a algo”. Sem nenhuma alteração de significado, poder-se-ia reescrever o parágrafo substituindo “em direção a algo” por “em direção à Verdade”.

⁶ Apontam, por exemplo, para os trabalhos de GORDON, D. (1965) *The role of the history of economic thought, in the understanding of modern economic theory*. **American Economic Review**, v. 55, n. 2. COATS, A. W. (1969) *Is there a structure of scientific revolutions in economics?* **Kyklos**, v. 22, p. 289-97 e ARGYROUS, G. (1992) *Kuhn's paradigms and neoclassic economics*. **Economics and Philosophy**, 8: 231-248 e suas conclusões acerca da existência de um único paradigma na economia (o do auto-interesse), bem como o trabalho de BRONFENBRENNER, M. (1971) *The structure of revolutions in economic thought*. **History of Political Economy**, v.7, n 4., p. 399-433 e a constatação da demarcação de três revoluções científicas no campo da economia (onde a Revolução Keynesiana é apontada como um dos mais claros exemplos de adequação à metodologia de Kuhn)

comuns apontem para a direção dos campos da sociologia, da política e da psicologia, como uma saída no caso das “ciências” sociais. E se existe uma porta aberta, “*Rhetoric is good for you!*”⁷, por que não?

Com isso em mente, é fato que ao se defender a análise do papel da retórica nas “Revoluções” científicas, não se está dizendo que ela [a retórica], situada ao mesmo tempo no campo dos elementos exteriores como também na própria dinâmica de evolução da Ciência, possa preencher por completo as lacunas do esquema kuhniano. Continuarão sendo válidas, para esse fim, as análises históricas, sociológicas etc. Não se considera possível, portanto, determinar claramente o elemento *determinante* para explicar o sucesso do *establishment* “normal”, nem sua derrocada.⁸ Reduzir tudo à retórica é, portanto, um exagero; algo que pode ser entendido a partir das considerações de Prado (2003, p.2)

O homem, pois, não está aprisionado na trama da linguagem e das tradições culturais; ele tem constantemente de enfrentar o mundo concreto, experimentando a crítica irrevogável da prática. Os cientistas, por outro lado, não convivem de fato numa comunidade de pessoas puras, simplesmente honestas, que empregam a linguagem de um modo comunicativo visando fazer a verdade resplandecer, para o bem de todos. Algo como isso vem a ser apenas um pressuposto necessário e não eliminável, que Habermas chama de "comunidade ideal", e que é negado pelo modo institucionalizado de produzir conhecimento nas diversas esferas da ciência.

Se a retórica não dá conta de tudo e se a aplicação de algum método em particular de descrever a evolução das ciências, principalmente no caso das “ciências” sociais, pode ser igualmente contestada, talvez seja o caso de endossar as práticas metodológicas pluralistas para se obter melhores resultados.

Em linha com trabalhos anteriores, como é o caso de Bianchi (1992) - onde se defende o pluralismo metodológico nas ciências - o texto de Bianchi e Nunes (2002) estabelece uma ligação clara entre o esquema analítico kuhniano e a retórica, ao analisarem as raízes do sucesso das grandes “Revoluções” do pensamento econômico. Ao apresentarem os paradigmas como “exemplares”, o papel dos manuais para o desenvolvimento das ciências, por exemplo, é revisitado e a leitura dos mesmos [dos manuais] a partir da idéia de que reproduzem o conhecimento “canonizado” não é incompatível com uma leitura de *invisibilidade das revoluções à la Kuhn*, muito pelo contrário. Por demonstrarem que os manuais constituem-se, na verdade, num conjunto de textos canonizados (e que, portanto, textos não-canonizados são deixados de fora dos mesmos) levam ao mesmo resultado do processo de limpeza empreendido pelos cientistas *normais*, ao tentarem apagar da história os vestígios de paradigmas anteriores.

Analisando também a relevância de análises externalistas nas “Revoluções”, apontam para a importância dos fatos e pressões sociais e “*institucionais*” [caso mais discutido em Nunes (2003)] como co-participes do processo. As conclusões a que chegam apontam para a plena compatibilidade entre a análise retórica e a metodologia dos paradigmas de Kuhn. Uma completa a outra. A eleição de *cânones* (ícones a serem seguidos) facilita o surgimento da rede de acordos entre a comunidade científica, unifica o discurso, favorece o avanço do paradigma, está presente em todo esse processo.⁹

Mas o aspecto mais convidativo do texto de Bianchi e Nunes (2002) diz respeito à tentativa de ligar o presente ao passado, invocando-se a autoridade de cânones da ciência. Assim como aparece em Kuhn, a literatura canônica também evidencia a tentativa da comunidade científica de demonstrar certa

⁷ Um dos *slogans* de McCloskey.

⁸ Como observa SILVEIRA (1991) nem a maneira puramente abstrata tão característica do paradigma que há mais tempo governa a ciência econômica, nem a redução ao empirismo de muitos de seus críticos, parecem corretas. Todavia, em grande parte dos trabalhos nessa área, ainda somos ora reféns do “vício ricardiano”, ora reféns do “vício empirista”.

⁹ Em “Conversas com economistas brasileiros”, Luiz Carlos Bresser-Pereira defende também haver plena compatibilidade entre a obra de Kuhn e a retórica: “Em 1960, surge Kuhn e uma grande revolução metodológica: ele, que não era sociólogo, que não era filósofo, era cientista, físico e, portanto, acima de qualquer suspeita, escreve uma obra-prima, A estrutura das revoluções científicas [1962]. Eu acho que é o livro mais importante de metodologia que foi escrito nesse século, em que ele mostra que a verdade científica era aquela que a comunidade científica acreditava como tal. Essa é a idéia fundamental de Kuhn. (...) [nessa obra] a honestidade e o rigor continuam sendo coisas extremamente importantes para se fazer pesquisa científica. Isso assentado, é óbvio que estava aberto o espaço para a retórica, porque a retórica não é outra coisa senão a arte de convencer a comunidade científica de que aquilo é verdade. E foi por isso, provavelmente, que Pêrsio Arida e McCloskey escreveram em 1983, simultaneamente, duas obras-primas, que são os seus artigos sobre esse assunto. A importância atual da retórica é apenas uma decorrência das conclusões de Kuhn” (PEREIRA, 1996, p.178)

linearidade nos construtos teóricos. Os cânones do passado são apresentados à luz das necessidades presentes. Os diferentes contextos são ignorados, procura-se aqui e ali os embriões dos construtos do presente. A história é submetida a toda espécie de violação nessa empreitada.

2. A RETÓRICA NOS PARADIGMAS

Tanto no processo de aquisição como na defesa e também no ataque aos paradigmas, cientistas *normais* e *revolucionários* praticam a retórica. Se o paradigma é um *acordo* ou um conjunto de compromissos entre pares científicos, não é preciso ir muito longe para reivindicar algum papel para o *discurso* nesse processo. Assim como no casamento religioso, existe um rito (ainda que no caso dos cientistas não seja necessária a presença física dos compromissandos) de se prometer “ser fiel e respeitar (...) na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, *até que a morte os separe*” ao conjunto de compromissos assumidos naquele momento. De igual forma, vale lembrar que, tanto num caso como em outro, a passagem do estado de “solteiro” (livre de compromissos) para o de “casado” é resultado, de alguma forma, de processos de *persuasão* e *convencimento*. Também quanto à finalidade, o padre, no caso do casamento, apelando para o texto canonizado, repete as palavras sagradas “*crescei e multiplicai-vos*”.

Quando Thomas Kuhn descreve já no prefácio da edição de 1962 de “*A estrutura das revoluções científicas*” os paradigmas como sendo “*as realizações científicas universalmente aceitas*”, já está considerando alguma espécie de julgamento das teorias. Mas isso só fica de alguma forma evidente na introdução e no primeiro capítulo da obra, ao descrever o processo de competição de teorias de naturezas completamente distintas, na fase pré-paradigmática da Ciência. É difícil, para Kuhn, determinar naquele momento, com exatidão, o elemento que deflagra o processo de convergência da comunidade de cientistas isolados em torno do candidato a paradigma. “*Um elemento aparentemente arbitrário, composto de acidentes pessoais e históricos, é sempre um ingrediente formador das crenças esposadas por uma comunidade científica específica numa dada época*” (Kuhn, 2000, p. 23).

Esse elemento arbitrário, no caso das “ciências” sociais, poderia ser originado até mesmo de fora de um campo específico de estudos científicos. Assim, “Revoluções” culturais poderiam influenciar, de alguma forma a política, por exemplo. Mudanças bruscas na estrutura social poderiam interferir na economia, etc. Elementos exteriores ao campo de estudo cumprem aí algum papel, portanto. Mas, como o próprio autor reconhece, não dedicou muito esforço (resumiu-se a apontar alguns exemplos no campo da Física) para a explicação do papel que cumpririam. Todavia, que fique claro, nesse clássico de Kuhn, uma vez estabelecido um paradigma num determinado campo de estudo, somente outro paradigma pode destituí-lo. Assim, não é exagero algum concluir que, se elementos exteriores cumprem algum papel nas “Revoluções”, eles não são determinantes para explicá-las.

Toda a ciência *normal* trabalha em cima dos problemas, métodos e soluções que, em última instância, resultam de um processo de *escolha* de um teórico ou de um grupo reduzido desses mesmos. Assim, a emergência de um paradigma não se faz necessariamente a partir de uma leitura que *espelhe* a natureza. Os problemas relevantes, as teses defendidas e os métodos adotados são *escolhidos*, defendidos e postos em prática pelos membros desse paradigma. O apelo com relação à aderência das teorias do paradigma à “realidade”, por meio da “observação dos fatos”, é considerado ingênuo por Kuhn, assim como para os retóricos.¹⁰ Isso porque tanto para o primeiro, quanto para os últimos, a interpretação desses fatos não se faz livremente, sem o recurso a algum conceito ou visão de mundo pré-estabelecida.

¹⁰ A respeito da caracterização do elemento retórico no procedimento de seleção dos dados Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) escrevem: “O papel da seleção [dos dados] é tão evidente que, quando alguém menciona fatos, deve sempre perguntar-se no que estes podem servir para confirmar ou para invalidar. (...) essa escolha também predomina nos debates científicos: escolha dos fatos julgados relevantes, escolha das hipóteses, escolha das teorias que se acreditará dever-se confrontar com os fatos, escolha dos próprios elementos que constituem os fatos. O método de cada ciência implica uma escolha assim, que, relativamente estável nas ciências naturais, é muito mais variável nas ciências humanas”. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p.132).

Mas, aplicar o modelo teórico Kuhniano para a explicação da evolução das “ciências” sociais, frequentemente, resulta em alguma objeção. Assis (1993), por exemplo, dirige pesadas críticas aos que se aventuram nessa direção. Segundo ele, acumulam-se trabalhos que se destinam a enquadrar algum ramo do conhecimento social no esquema explicativo kuhniano. Os cientistas sociais buscam, a todo o momento, descobrir paradigmas no processo de evolução das suas “ciências”. Tal tarefa é por ele apontada como uma necessidade de dar maior cientificidade à elas.

A preocupação dos cientistas sociais com o status de cientificidade de sua disciplina recua, para Eckberg & Hill (1979:129),¹¹ "até Comte". Essa preocupação, continuam, "implica a idéia de que o padrão segundo o qual a ciência social deve ser medida é o sucesso da ciência natural". Esse tipo de preocupação traduz-se no que acima se denominou necessidade de parecer científico. Claro que o ideal é tornar-se científico, ou, como Wolin (1968)¹² pretende, "descobrir-se científico". Mas, se esse ideal não se puder cumprir por algum motivo, serve, para início de discussão, parecer científico. (Assis, 1993, p.153)

Lembrando que o próprio Kuhn teria questionado a condição ou *status* superior que a Ciência ocupa com relação a outros tipos de conhecimento, Assis (1993), aponta para a armadilha em que caem os que tentam forçar o enquadramento de uma “Ciência” social no modelo de sucessão de paradigmas. Todavia, e ele mesmo concorda com isso, se a ciência necessariamente *não é* melhor que outra forma de conhecimento, ela, pelo menos, *parece ser* aos olhos da maioria. Não é exagero, portanto, dizer que o caráter “científico” *qualifica* a teoria de forma que esta *pareça* se aproximar mais da Verdade.

Entre as razões que enumera para a desqualificação de uma abordagem kuhniana das “ciências” sociais encontram-se a:

- *complexidade*. Enquanto a física estuda eventos monótonos, a sociologia (ou a antropologia ou a política) estuda eventos em que intervêm fatores demais, o que torna qualquer situação difícil de controlar;
- *autodecepção*. Enquanto os objetos físicos não sabem o que se passa com eles, os objetos das ciências sociais o sabem. Assim, podem atuar contrariamente a suas intenções declaradas, frustrando qualquer possibilidade de pesquisa;
- *dificuldade em determinar o que seja um experimento*. Enquanto em física é possível construir modelos que reproduzam características consideradas essenciais num sistema, para estudo controlado, o mesmo não pode ser feito com sujeitos humanos;
- *repetibilidade*. Um experimento em física pode ser repetido à vontade. Mas, numa sociedade humana, nada de análogo a um experimento pode ser feito. Não é possível repetir situações passadas. (Assis, 1993, p.153)

Essas críticas ao enquadramento das “ciências” sociais na metodologia da superação de paradigmas empreendidas por Assis, *ibid*, não são novas. Outros trabalhos chegam às mesmas conclusões. É provável que exista mesmo uma razão para criticar a reivindicação de cientificidade para muitos ramos da “ciência” social. Talvez fosse melhor delegar logo à Física o título de única “Ciência” e deixar toda essa discussão de lado. Antes, porém, algumas perguntas deveriam ser respondidas: Todos os ramos das “ciências” sociais encontram-se igualmente limitados por essas quatro características? E, mais importante, estaria a Física *completamente* livre das mesmas?

Pode ser que, devido ao fato de ter se tornado comum a utilização da análise de evolução e superação de paradigmas nas “ciências” sociais, desencadeada após a publicação da estrutura das revoluções científicas de Kuhn, que o próprio Assis (1993, p. 153-154) tenha percebido a necessidade de defender o seu raciocínio, de alguma forma, a partir da negativa da sua tese [de Assis] e para isso recorre a Hempel (1965)¹³ afirmando que, segundo este último,

“A física também estudaria fenômenos irrepitíveis e complexos; a questão é que ela possui um conjunto de critérios de relevância para separar o que é repetível do que é temporalmente determinado, ou seja, do que é

¹¹ ECKBERG, D; HILL, Jr., L. *The paradigm concept and sociology: a critical review*, 1979. In Gutting (ed.) *op. cit.*, 1980, p. 117-136

¹² WOLIN, S. *Paradigms and political theories*, 1968. In Gutting (ed.), *op. cit.*, 1980, p. 160-191.

¹³ HEMPEL, C. *Aspects of scientific explanation*. New York: The Free Press, 1965.

individual. Quanto à autodecepção e à possibilidade de se montar experimentos, métodos estatísticos tipo duplo-cego poderiam circundar o problema” [e conclui que] Assim, para Hempel, a física não diferiria das ciências sociais a não ser em grau. Quando a diferença é de grau e não de qualidade, passa a ter sentido tentar atingir o grau superior na escala. Hempel dá legitimidade às pesquisas que visam a encontrar leis gerais de tipo causais para as ciências sociais e para a história.

Assis, *ibid*, acredita também que a descrição kuhniana das fases pré-paradigmáticas das ciências, aquela confusão [diríamos, *tensão essencial*] com a competição entre diversas escolas postulantes à condição de paradigma é que daria algum subsídio para a tese de que as “ciências” sociais seriam “Ciências” nos seus estágios iniciais. Mesmo assim, ele se opõe a essa visão dizendo que não há argumentos que sustentem essa posição.

Em que pesem as posturas semelhantes à adotada por Assis, cabe lembrar que todo o empreendimento científico foi atacado por Thomas Kuhn. Em última análise, “Ciência” é a prática de estudos e pesquisas realizadas por uma comunidade científica em torno de um paradigma, que determina a forma como se dá esse processo.

Há muitos inconvenientes em se buscar a adequação das “ciências” sociais no esquema kuhniano. Uma longa lista poderia ser citada a esse respeito, ainda que uma das primeiras críticas se desse a partir do clássico confronto entre Kuhn e Lakatos (1979) e seus Programas de Pesquisas Científicas (PPCs), já que estes *parecem* ser mais adequados para a explicação do processo de evolução das “Ciências” multi-paradigmáticas, uma vez que estas estão sujeitas a certas adaptações periféricas que circundam seu núcleo de crenças. Também é o caso de se analisar outras particularidades: Se na Física, tanto os dados como os experimentos controlados podem ser questionados, o que se dirá nas “ciências” sociais? Mas, um inconveniente muito maior, e pouco explorado, diz respeito ao julgamento da adequação de qualquer método de se contar a evolução da Ciência, enfatizando o papel de elementos da história. Estará a história livre de controvérsias?

Quando se defende, como é o caso desse trabalho, uma abordagem metodológica pluralista da ciência está-se reconhecendo implicitamente que nenhum método definitivo de *explicar* [e, muito menos, *prescrever*] a maneira “correta” de como se “faz” ou deve-se “fazer” ciência tenha sido atingido. Assim, não é sem alguma imperfeição que se adotam os métodos. Argumentos contra e a favor sempre vão existir, faz parte da conversa entre os cientistas.

Voltando ao modelo kuhniano propriamente dito, viu-se no princípio dessa seção que, no processo de formação de um consenso entre os diversos cientistas ou escolas isoladas em torno de um conjunto de compromissos escolhidos, seja por um único cientista (um futuro cânon), seja por um grupo destes, há algum papel reservado para a *persuasão* e o *convencimento*. Comprovações empíricas da validade das teorias não sustentam a conversão dos cientistas à filosofia do paradigma. Isso porque, como observa Kuhn (2000) a simples interpretação dos dados depende da forma e de quem os vê. É preciso, pois, estar condicionado de alguma maneira para poder enxergá-los.

Como se sabe, a emergência de um paradigma não se faz sem algum apelo ao passado em termos de idéias, estudos e teorias e mesmo valores pré-concebidos (e isso vale tanto para o caso do primeiro paradigma constituído, como para o caso em que um paradigma sucede outro). Kuhn (2000) reconheceu na retórica algum papel entre os elementos “arbitrários” que explicam o sucesso de um paradigma. Nesse sentido, não é nenhum exagero dizer que os defensores do candidato a paradigma podem recorrer assim a argumentos de alguma autoridade específica, bem como a valores cristalizados na sociedade para, a partir daí, conhecendo melhor o público, articularem o conjunto de compromissos a serem assumidos e partilhados na nova comunidade científica.

Por implicar na eleição (ou *escolha*) de problemas relevantes, o paradigma terá impactos diferentes sobre as mentes ao ser apresentado à uma platéia diversificada. A *persuasão* e o *convencimento* do auditório, de membros de um determinado ramo científico, podem acelerar o processo de conversão dos cientistas isolados para a condição de cientistas *normais*. Lembrando que Kuhn (2000) atribuiu a alguns elementos “até certo ponto arbitrários” a responsabilidade pela constituição dos paradigmas, encontramos em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) uma explicação mais *objetiva* para a constituição dos *grupos* de pesquisadores diante do caso de uma “ciência” ainda sem paradigma, uma

explicação bastante plausível para a aderência dos pesquisadores e/ou pequenos *grupos* isolados aos ditames do paradigma.

Ainda que o tenham feito para uma análise de comportamento geral, é fácil transpor as idéias apresentadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) acerca da tendência dos indivíduos aglutinarem-se, constituindo “*grupos*” também no campo das ciências. Para os autores supracitados a tendência a constituir grupos tem por finalidade prestar *solidariedade* para com aqueles que apresentam alguma forma similar de ser, agir ou pensar sobre a natureza. Quando alguém passa a pertencer a um grupo, é porque características pessoais semelhantes aos demais membros parecem ser bastante evidentes e, por isso mesmo, facilitam o rápido processo de identificação.

Ocorre que, como decorrência de um processo circular, nesse caso, uma vez que alguém pertence a um *grupo*, espera-se que manifeste as características do *grupo* e é justamente por isso que esse indivíduo pensa duas vezes antes de agir, a partir de então. Isso porque não é apenas a sua consciência que lhe repreenderá em caso de *má-conduta*. Tanto o prestígio como o seu revés, em termos de valores e crenças perante os demais de que goza o *grupo*, residem num complexo de relações entre o indivíduo e o *grupo* a que pertence e, a maneira como ambos são percebidos diante de todo o resto da sociedade ou comunidade, em particular.

Se o *grupo* é composto por indivíduos dignos de grande prestígio, então esse *grupo* passa a ser prestigiado. Igualmente, a todos os membros do *grupo* prestigiado empresta-se parte do prestígio do *grupo*.¹⁴ Nesse ponto, seria então racional (e não “arbitrária”) a adesão de cientistas isolados ou mesmo membros de grupos decadentes ao *grupo* que adquire mais prestígio.

Cumpra acrescentar que, até aqui, sustentou-se que o esquema explicativo kuhniano da evolução das “ciências” permite análises adicionais (incluindo elementos completamente exteriores) para explicar o sucesso da emergência dos paradigmas. Note-se, porém que a ênfase dada nesse trabalho foi para a fase pré-paradigmática da Ciência ou, no princípio da tradição e afirmação do paradigma recém constituído. Nada se falou a respeito do papel da retórica nas fases mais avançadas da Ciência, isto é, quando o paradigma já tenha se firmado. Isso não se deve à crença de que a retórica não tenha, nesse último caso, algum papel. Pelo contrário, grande parte das “evidências” do uso da retórica na economia que McCloskey (1998) apresenta, por exemplo, se dá precisamente nessa fase. Mas é nesse ponto que talvez se encontre o ponto fraco na tese do elo perdido entre os paradigmas e os cânones nas ciências, quanto mais *duras* elas forem.

Isso porque, se retórica é, como quer McCloskey, *ibid*, uma caixa de ferramentas usadas para *persuadir*, há que se perguntar a quem se quer persuadir. Para a Ciência que evolui através de paradigmas, na medida em que estes se desenvolvem, fica bastante evidente que as conversas se encerram, ou se vêem bastante cerceadas. A única saída, em condições de estabilidade do paradigma, para os problemas que se apresentam à comunidade está garantida pelo próprio paradigma, como defende Kuhn (2000).

Mas, mesmo nesses casos, os recursos de retórica serão utilizados nos trabalhos acadêmicos, nos artigos que se apresentam em congressos científicos, nos manuais etc. No entanto, não haverá espaço para a *sprachethik*;¹⁵ não haverá a tão clamada *conversa civilizada* entre os cientistas. E, justamente por isso, parte essencial das questões que daí poderiam surgir, seria ignorada. A postura dos poucos “radicais” ou “excêntricos”, dos contrários ao paradigma vigente, fará parte do “diálogo dos surdos”. Daí entende-se que a retórica terá um papel mais importante nas ciências multi-paradigmáticas, por serem elas caracterizadas por certezas efêmeras da realidade, devido ao fato de *não* serem poucos os que se opõem ao paradigma dominante e, que nesses casos, o período de predomínio desse paradigma nessas ciências é relativamente mais curto, se comparado com as ciências naturais. O auditório das

¹⁴ “O valor do ato depende, como sabemos, do prestígio do indivíduo; o valor do indivíduo depende do valor que se atribui ao grupo; pessoa e grupo desempenham, com relação aos atos e aos indivíduos, um papel análogo, que pode conjugar-se. O grupo se orgulhará da conduta daqueles que considera seus membros, em geral se desinteressará de ocupar-se de estranhos”. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 369)

¹⁵ Termo utilizado por McCloskey em várias obras, inspirado na idéia de *ética no discurso* de Jürgen Habermas.

“ciências” sociais também é mais segmentado e, frequentemente, mais crítico se comparado aos auditórios das ciências naturais.

Uma vez que a discussão da retórica das revoluções científicas na economia [seção que segue] encontra-se diluída, nesse trabalho, em grande parte, na discussão da fase pós-paradigmática, ali serão resgatados alguns pontos relevantes acerca da retórica em plena vigência de um paradigma.

2.1. A RETÓRICA NOS PARADIGMAS: UM OLHAR PARA A ECONOMIA

Na fase da Ciência caracterizada pela vigência de um paradigma, encontramos também, a todo o instante, recursos de retórica sendo utilizados para consolidar o conjunto de crenças compartilhadas pela comunidade científica. Desde a escolha dos dados fornecidos pela natureza (os quais servirão ao propósito de comprovar teorias alinhadas com o paradigma) aos ritos acadêmicos mais simples, seja na escolha dos temas relevantes a serem pesquisados nos trabalhos de conclusão de curso, seja nos critérios utilizados para selecionar trabalhos acadêmicos nos congressos [dando-se preferência aos trabalhos na “fronteira” do conhecimento, no sentido em que Arida (1983) define “fronteira”] seja num caso ou em outro, a retórica se faz presente.

De igual forma, o papel que desempenham os manuais [veículos pedagógicos destinados a disseminar e perpetuar a ciência *normal*, segundo Kuhn (2000)] e suas viesadas formas de contar a história de uma ciência, implicando em sacrifícios consideráveis de parte das verdades outrora descobertas por essa mesma ciência, constitui-se em parte do processo de arrebatamento de seguidores do paradigma e é retórica pura. Desde a argumentação desenvolvida nesses manuais, desde a seleção de dados, do apelo às autoridades da área para estabelecer *convencões* - que de outra forma não pareceriam razoáveis - até as demonstrações das aplicações bem sucedidas da(s) teoria(s) na explicação da “realidade”, faz-se uso das ferramentas da retórica.

No campo da economia, esse processo não é diferente. No clássico trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 192) encontra-se como exemplo de uso da *metáfora* na defesa de teorias, uma referência à mais clássica passagem da *Riqueza das Nações* de Adam Smith, onde este argumenta que o indivíduo, buscando seu proveito pessoal, serve também ao interesse geral: “(...) *ele só tem em vista seu próprio ganho e, nisso como em muitos outros casos, é conduzido por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de sua intenção*”. A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca, *ibid*, p. 193, observam que, dificilmente, alguém acreditaria que Smith estivesse se referindo a uma mão de carne e osso, “*mas o ouvinte sente que essa mão invisível deve persuadir que a harmonia entre o interesse individual e o interesse coletivo não é devida ao acaso*”.

Em linha com Perelman e Olbrechts-Tyteca, *ibid*, McCloskey (1998) também chama a atenção para as metáforas como instrumentos de sustentação de teorias na economia. Esses, entre outros artifícios amplamente utilizados, servem também para justificar uma de suas proposições mais famosas, a de que “*economics is a collection of literally forms, (...) not a science. Indeed, science is a collection of literally forms, not a Science. And literally forms are scientific*” (McCloskey, 1998, p 21). Isso já adianta uma questão bastante explorada pelos críticos ao “projeto retórico”¹⁶. Ao comparar a “ciência” econômica com a literatura, McCloskey frequentemente se vê sob os ataques de quem enxerga nesse procedimento a diminuição da “qualidade” do empreendimento científico na área.

Assim como Margaret Masterman¹⁷ o fez com relação à primeira edição de “*A estrutura das revoluções científicas*” de Thomas Kuhn [quando ela criticou as vinte e uma “diferentes” conceituações de seus paradigmas], atacou-se também as “diferentes definições” da retórica assumidas ao longo da obra de McCloskey. Criar a confusão é uma estratégia, por vezes, bem sucedida na Ciência. Assim como em Kuhn, muito do que era “diferente” tratava-se, na verdade, de conseqüências óbvias do que era o

¹⁶ Referência ao esforço conjunto de Arjo Klamer e D. McCloskey pela divulgação do papel da retórica na economia. Ver Fernández (2003)

¹⁷ MASTERMAN, M. **A natureza de um paradigma**. In: Lakatos (1979).

mesmo. A “caixa de ferramentas” de McCloskey não é contradita por nenhuma outra definição que faz da retórica em sua obra. E quanto à economia, não parece haver dúvida de que McCloskey não a está reduzindo enquanto “ciência”, quando faz tal comparação com a literatura. Se fosse o caso de “desqualificar” alguma coisa, esta seria a própria “Ciência”¹⁸. Mesmo assim, os argumentos seriam discutíveis.

Economic is scientific, I am claiming, but literary too. Saying that something is “literary” is saying that you can talk of it in ways that sound like the thing people say about drama, poetry, novels, and the study of them. Look for example at the performative character of the sentence “Economics is scientific”. The sentence carries with it the implication that things can be said about economics and economies that use mathematics; the economists will emulate the rhetoric of controlled experiment that economists will have “theorems” from the mathematics and “findings” from the experiments. That will be “objective” (whatever the word might mean); and even that the world it constructs, to use Nelson Goodman’s way of talking, will have a certain character, of maximizing and equilibrium, captured in the perspicacious phrase, “the unreasonable effectiveness of mathematics”. All these implications about economics are persuasive (McCloskey, 1998, p.23)

Da definição dos mercados pelas interações entre “curvas” de oferta e demanda à teoria dos jogos, da quase “incontestável” lei da demanda [não o é, por exemplo, para McCloskey]¹⁹ à teoria do capital humano, assim como no consagrado “modelo” de crescimento de Solow, a retórica é utilizada a todo o instante para *persuadir* os auditórios de que as teorias representam a Verdade, independente das desagradáveis observações em contrário.

Few would deny that economists frequently use figurative language. Much of the pitiful humor available in a science devoted to calculations of profit and loss comes from talking about “islands” in the labor market of “putty-clay” in the capital market or “lemons” in the commodity market. The more austere the subject the more fanciful the language. We have “turnpikes” and “golden rules” in 1960s-style growth theory, for instance, and long disquisitions on what to do with the auctioneer” in 1950s-style general equilibrium theory. (McCloskey, 1998, p.43)

¹⁸ Nas referências à McCloskey, o “c” maiúsculo e minúsculo [em português, ou “s” e “S” em inglês] também não é desprovido de um propósito.

¹⁹ Considere o caso em que os economistas encontram boas razões para acreditarem na “lei de demanda” (McCloskey, 1998, p. 24-27): [a exposição que segue é uma síntese dos argumentos de McCloskey sobre o assunto]

A) Mesmo um dos inventores dos sistemas completamente identificados de equações de demanda como Hans Theil, não obteve grande confiabilidade em seus resultados. O mesmo ocorreu com outros trabalhos para diferentes mercados, onde os resultados não foram incontestáveis. Contudo, a utilização de metáfora aqui, um apelo à autoridade ali e a “prova” da lei de demanda será válida.

B) Estudos de Houthakker e Taylor’s(1970) de todas as commodities para o mercado americano demonstraram que esta “lei” é fraca.

C) Alguns economistas têm tentado sujeitar a lei de demanda a alguns experimentos apenas. Alguns deles praticam experiência envolvendo ratos, onde a lei “funciona” e a alguns seres humanos confusos, onde a lei não foi verificada. (Bettaglio et al. 1981).

“(…) Few economists would place more than 15 percent of their confidence in the Law of Demand on the first three reasons in total, leaving 85 percent to literary as against “scientific” rhetoric. You can test whether this true by asking an economist, who will testify to its persuasiveness by introspection (then deny that persuasiveness comes sometimes from introspection). Or in properly modernist (i.e., behaviorist) fashion you can observe what arguments an economist uses when trying to persuade unbelievers, such as students. Much of her argument will rely on introspection, encouraging the students to examine theirs and improve it by critical thinking. She will exhibit the few cases in point she can remember, especially the more extreme cases such as the oil crisis, and will try to build on analogy with products that students do believe follow the law. For the rest she will appeal to the identity of convex utility functions and the authority of the scientific tradition. No matter how sophisticated the class is, it will be a rare teacher, and a poor one who relies much on the econometric results from the data mine an its miners.” (McCloskey, 1998, p. 27)

Tanto com relação à “lei”²⁰ da demanda, esse “fundamento” que está na base de mais de um paradigma da economia, quanto com relação aos “modelos” teóricos elaborados na vigência deles [dos paradigmas] a retórica é utilizada com grande êxito, a julgar pelo sucesso que tais elaborações atingiram na “ciência” econômica, fato facilmente verificado a partir da observação de suas reproduções nos manuais que introduzem as ciências (e nos de nível mais avançado também), da contagem de citações a essas obras em trabalhos acadêmicos, nas conferências e simpósios etc.

Contudo, se a questão é analisar o papel da retórica nos paradigmas, é preciso observar que uma “recente” revisão a esse respeito, realizada pelo próprio Kuhn, diminuiu-lhe consideravelmente o seu papel. Uma discussão bastante franca foi realizada em Oliveira (2004) a esse respeito. Nesse artigo, sob o convidativo título “*Kuhn contra os kuhnianos*” Oliveira ilustra os desapontamentos de Kuhn com relação a certas extrapolações da mensagem inicial da sua mais famosa obra. Para os que defendem esse externalismo,

A própria natureza, seja lá o que ela for, parece não ter parte alguma no desenvolvimento de crenças a seu respeito. Conversas sobre evidências, da racionalidade, das asserções delas tiradas, da verdade ou da probabilidade dessas asserções têm sido vistas meramente como retórica, atrás da qual o partido vitorioso disfarça seu poder. O conhecimento científico, então, não passa da simples crença dos vencedores.

Eu estou entre aqueles que acham absurdas as proposições do Programa Forte:²¹ um exemplo de desconstrução enlouquecida. E as formulações mais qualificadas sociológica e historicamente que, atualmente, se esforçam por substituí-las satisfazem, a meu ver muito pouco. Essas formulações mais novas reconhecem, sem constrangimentos, que observações da natureza desempenham sim um papel no desenvolvimento científico. Mas elas permanecem quase totalmente vagas sobre qual o seu papel, de qual maneira a natureza entra na negociação que produz crenças a seu respeito. (Kuhn, 2000b, p. 110 *apud* Oliveira, 2004)

Para Oliveira (2004) as novas considerações de Kuhn (2000b) têm endereço certo na visão relativista e pragmática de mundo. O abalo do sistema de verdades atingiu um ponto jamais imaginado e o papel que a natureza passou a ocupar em tais estudos passou a ser considerado secundário. “*Sua novidade e sua importância não podem, penso eu, ser questionadas. Mas sua rede de efeitos, ao menos de uma perspectiva filosófica, tem sido a de aprofundar, mais do que eliminar a própria dificuldade que se estava buscando resolver.*” (Kuhn, 2000b, p. 109 *apud* Oliveira, 2004).

Ao que parece, Kuhn mudou de opinião. No entanto, ao contrário do que escreve Oliveira (2004) não foi na direção de criticar as outras explicações para o sucesso de um paradigma. As várias referências de Kuhn à retórica, num dos últimos de seus trabalhos em vida [que é a base da crítica aos kuhnianos feita por Oliveira, a saber: Kuhn, 2000b) tornam Kuhn muito mais condescendente com o papel da retórica nas substituições ou defesas de paradigmas que as esparsas referências originais aos “elementos arbitrários” na sua obra principal [*A estrutura das revoluções científicas*]. É com a extrapolação, com a magnitude da importância desses elementos da linguagem e da comunicação para as “Revoluções” ou para os “avanços” da ciência, que ele estava preocupado quando, na obra mais recente, se dirigiu aos simpatizantes da retórica.

Outra questão pouco explorada por Oliveira (2004) é que essa preocupação de Kuhn (2000b) - com os retóricos e outros programas de investigação da ciência semelhantes - já estava garantida por uma proposição explícita em vários momentos da sua “*A estrutura das revoluções científicas.*” a de que apenas uma teoria derruba outra teoria, a desconstrução, pura e simples [ou *desconstrução enlouquecida* como ele se referiu no trecho citado há pouco], não tem utilidade. Isto é, a leitura das proposições retóricas é realizada por Kuhn com os mesmos óculos que Paulani (2005) utilizou quando chamou os

²⁰ Ainda com referência às “leis” na economia, é interessante a relação das que se mostraram ilusórias na prática, apresentada por Samuelson (1966, p. 1539) In: BLAUG (1999, p. 199), como, por exemplo, “a Lei de Bowley, da repartição relativa constante do salário; a Lei de Long, sobre a participação constante da população na força de trabalho; a Lei de Pareto, das desigualdades imutáveis de renda; a Lei de Denison, da taxa de poupança privada constante; a Lei de Colin Lark de um teto de 25 por cento dos gastos do governo e nos impostos; a Lei de Modigliani, da taxa constante da riqueza-renda; a Lei de Marx, da taxa decrescente do salário real e/ou da taxa declinante do lucro; a Lei de Todos, do capital-produção e seu nível. Se essas são leis, a Mãe Natureza é uma criminosa por natureza”

²¹ O qual contempla o Relativismo, o Pragmatismo e a Retórica.

retóricos de “operários da desconstrução”. E a desconstrução pela desconstrução é incompatível com a obra de Kuhn [nisso, concorda-se com Oliveira (2004)].

Porém, mesmo com essas revisões, Kuhn continua admitindo existir um papel à retórica na explicação de seus paradigmas. Aliás, a contar pelo tamanho destinado para essa discussão num dos últimos de seus trabalhos [está-se falando de Kuhn 2000b], os antigos “elementos arbitrários” foram assumindo uma aparência mais definida e tornando-se mais importantes nessa discussão. A única ressalva objetiva feita ali por Kuhn é de que eles não são mais importantes do que outras questões relativas à própria natureza, na ciência.

2.2. “EVIDÊNCIAS” DO USO DA RETÓRICA NOS “MANUAIS” ACADÊMICOS

O título dessa seção encerra em si uma contradição: Qual é a necessidade de se apresentar “evidências” da retórica para “provar” a validade do que já se disse até aqui? Por isso, deve-se deixar claro que esse trecho do trabalho foi elaborado tendo em vista, como auditório, aqueles que praticam a ciência *normal*. Para os demais, pode até ser uma leitura “agradável”, mas é absolutamente desnecessária. Esses últimos, provavelmente, já estarão *convencidos* de que tudo o que será dito aqui é “Verdade” [e com “V” maiúsculo mesmo].

Tanto Kuhn como a maioria dos partidários da retórica vêm os “manuais” acadêmicos (aqueles textos que introduzem o estudante ao seu campo de estudos) como veículos destinados a convencê-lo de que certas teorias são “verdadeiras” e de que outras são “falsas”. Em Kuhn, como se sabe, eles são os “veículos pedagógicos” utilizados pela ciência normal para arrebatam mais seguidores. São também a coleção dos trabalhos que formaram a sua ciência. Geralmente, contam a história de forma linear como que apagando todas as pequenas crises características do processo de amadurecimento científico. Exatamente por isso, são elaborados visando um público específico. Para obter êxito na tarefa de reescrever a ciência, subtraem parte da história dela, escolhem pontos relevantes, dados, experiências, métodos a serem utilizados, enfim, limites estreitos para o pensamento. As experiências bem sucedidas estarão lá, “provando” os acertos do paradigma. A *genialidade* dos fundadores, também estará registrada nesses textos. As autoridades da ciência terão seus feitos ali apreciados e serão “canonizadas” pela comunidade dos cientistas *normais*. Mas, o que há de errado em tudo isso?

Arida (2003) identifica o processo de disseminação da ciência a partir dos manuais com a postura *hard science* (dos cientistas que defendem o desenvolvimento de pesquisas na “fronteira” [“fronteira” do quê? Do paradigma, é claro!]). Nesse processo, marginaliza-se o ensino da história das ciências, pois apenas aquilo que interessa, a história escrita ao avesso, a partir da visão de mundo dos cientistas *normais* do presente é a que vale. Ponto igualmente demonstrado por Kuhn na *Estrutura das Revoluções*. O apelo às demonstrações de como a ciência evoluiu até o momento se dá a partir da escolha dos pontos que poderiam ser considerados os embriões de teorias “atuais”. Nada, além disso, precisaria ser aprendido, é perda de tempo!

A educação passa a depender do livro texto que conduz o estudante de uma formação genérica à fronteira do conhecimento; como esta modifica-se substancialmente em períodos curtos de tempo, os próprios livros-texto tornam-se rapidamente ultrapassados. Saber ou não teorias formuladas no passado em nada altera a capacidade de avançar a teoria; relega-se a história do pensamento econômico ao status de disciplina eletiva do ponto de vista didático, dispensável, portanto do ponto de vista da formação adequada do economista. (Arida, 2003, p 17)

Segundo Deane (1978, p. 86), na história da ciência econômica, claramente se observa a influência de três grandes obras anteriores à “*Teoria Geral*” de John Maynard Keynes para o desenvolvimento dessa ciência: *A riqueza das nações* de Adam Smith, os *Princípios* de Stuart Mill e, finalmente, os *Princípios* de Marshall.²² Todas elas funcionaram como veículos propagadores do

²² Obviamente, há obras essenciais na constituição de algumas tradições da ciência econômica que não estão incluídas nessa lista. Certamente, “O Capital” de Karl Marx é o melhor exemplo desses trabalhos omitidos em nossa relação.

pensamento clássico, como manuais, textos que iniciam o estudante na ciência. Todas elas ajudaram na divulgação, entendimento e consolidação do paradigma na qual se inseriam.

A análise do *prefácio*²³ da mais famosa obra de Marshall (1982) nos oferece o típico exemplo da reconstrução da história de uma ciência [no caso, da economia] a partir de uma visão um tanto particular de mundo que “ignora” pontos importantes. Assim, ao falar sobre o propósito de sua obra, apelou para a linearidade dos estudos econômicos, como se Marx, só para dar um exemplo totalmente incompatível com o que ele descreve, nunca houvesse existido.

As condições econômicas estão em constante mudança, e cada geração encara os problemas de seu tempo de uma forma que lhe é peculiar. Na Inglaterra, bem como no continente e na América, os estudos econômicos estão sendo agora impulsionados mais vigorosamente do que nunca, mas toda essa atividade tem apenas demonstrado com maior clareza que **a ciência econômica é e deve ser de crescimento contínuo e lento**. [...] **As novas doutrinas têm completado as antigas, as têm estendido**, desenvolvido e, algumas vezes mesmo, corrigido e freqüentemente lhes têm dado outro aspecto, insistindo de modo diferente sobre os diversos pontos, porém muito raramente as têm subvertido. A presente obra é uma tentativa de apresentar numa versão moderna às velhas doutrinas, com a ajuda de novos trabalhos e com referência aos novos problemas de nossa época. (Marshall, 1982, p.3) [sem grifos no original]

Assim vê-se que, para Marshall, a economia é uma ciência cumulativa que cresceu a partir dos textos clássicos que ele adapta para as necessidades “atuais” [isto é, daquele momento]. Mas, nos prefácios da *Teoria Geral*, Keynes não deixa por menos. Outra vez, a retórica está presente do início ao fim.

O prefácio da edição inglesa, escrito em 1935, é praticamente um apelo ao auditório por um pouco de sua atenção. Apenas alguns poucos esclarecimentos formais sobre a estrutura do livro em si são abordados. Especificamente, diz que seus estudos estão circunscritos na esfera da produção e do emprego, seus objetos de estudo, portanto. A maior parte desse prefácio é dedicada a outro tipo de reflexão.

Logo no primeiro parágrafo ele diz que está escrevendo um livro dirigido a seus colegas economistas, elegendo-os assim como o seu auditório. Chama a atenção para o fato de que diante da “desgraça” em que caíra aquilo que ele viria a chamar de “economia clássica”, seria necessário que todos despendessem algum tempo à reflexão sobre os problemas da economia. A seguir, cita sem nenhuma hesitação a coerência lógica da teoria tradicional aceita por esse auditório (o qual pretende persuadir, quando restrita à análise da “*superestrutura*” da mesma). Isto é, o ataque à teoria aceita, não se daria então na direção de criticar o raciocínio, a lógica, a capacidade de lidar com essa teoria, ou mesmo às inteligências daqueles que a utilizavam como ponto de partida para os seus trabalhos (aliás, como o próprio Keynes já o fizera antes, faz questão de ressaltar).

Essa estratégia se mostra bem sucedida à medida que mina algumas das resistências do público por não se mostrar agressiva à moral dos pesquisadores, os quais teriam sido levados ao “erro” por outros motivos. E que motivos seriam esses? Nesse prefácio, ele não dá uma resposta específica, como a que aparece na versão francesa, como veremos. Mas quando afirma que só poderia “*conseguir meu [seu] objetivo de persuadir os economistas a reexaminarem criticamente certos de seus postulados básicos através de uma argumentação altamente abstrata e também de muita controvérsia.*” (Keynes, 1996, p.27) está apontando para elas [as premissas do modelo clássico] como tendo alguma responsabilidade nesse processo. O reexame do modelo clássico a partir das premissas, é tarefa para profissionais, público

²³ Os *prefácios* podem muito claramente serem entendidos como *discursos de abertura* das obras escritas, equivalentes aos que se proferem em conferências. Muito mais do que uma simples introdução, ou mesmo que uma introdução crítica da obra que se apresenta, sobretudo quando elaborados pelo próprio autor, tratam-se de um guia para uma leitura “correta” de suas proposições. Uma análise pormenorizada das diversas obras clássicas no âmbito da economia fará saltar à vista uma diversidade de recursos retóricos. Não raro, faz-se uso de argumentos pragmáticos, de releituras da história da própria Ciência, proclama-se a vitória etc. Diversos dos estratagemas apresentados por Schopenhauer (1997) costumam freqüentá-los. Servem, portanto, muitas vezes, ao propósito de conduzir o público por um determinado caminho.

Numa classificação aristotélica, poderíamos completar tal argumento dizendo que tem-se aí uma oportunidade de verificar a correspondência do discurso de um determinado autor, com um típico discurso retórico, considerando os *prefácios*, como parte do *exórdio* (No sistema aristotélico, é a parte do discurso destinada a chamar a atenção do auditório)

que ele tinha em mente quando escrevia a *Teoria Geral*. Isso fica claro quando diz que “*é a meus colegas economistas, e não ao público em geral, que tenho que convencer em primeiro lugar*” (*ibid*, p.27).

Finalizando esse prefácio à edição inglesa, como desfecho de uma argumentação quase toda em forma de apelo pela atenção do auditório para os argumentos que estavam por vir, descreve o “doloroso” processo de libertação da filosofia com a qual se formou [ou seja, filosofia de seu antigo grupo], travado consigo mesmo, ao longo dos anos, quase que clamando por um comportamento semelhante do ouvinte, concluindo com a famosa frase “*A dificuldade não está nas novas idéias, mas em escapar das velhas, que se ramificam, para aqueles que foram criados como a maioria de nós foi, por todos os cantos de nossas mentes*”.

Já no prefácio da edição francesa, escrito três anos depois, em 1939, ele faz algumas modificações nada acidentais. Além de incluir esclarecimentos teóricos sobre algumas das críticas que apareceram entre 1936 e 1939, numa típica defesa do contraditório [especial ênfase dada a questão poupança-investimento] ele se dirige aos franceses de uma maneira diferente. Primeiramente, faz questão de se desculpar perante os mesmos, pois “*na França, não houve uma tradição ortodoxa com a mesma autoridade sobre a opinião contemporânea como houve em meu país [Inglaterra]*”. Frase interessante, pois ele havia dito em várias ocasiões que a teoria clássica governava a ciência econômica até então praticamente sem deixar espaço para outros pontos de vista. Como esse não parecia ser exatamente o caso da França, completa dizendo que “*Se Charles Gide tivesse atingido a mesma influência e o mesmo prestígio de Alfred Marshall, a posição de vocês, franceses, seria mais semelhante a nossa.*” (Keynes, 1996, pp. 37-38). Como se vê, o auditório diferenciado exigiu alguma alteração no discurso de abertura da *Teoria Geral*. A falta de uma autoridade ortodoxa francesa teria contribuído para essa condição especial, menos apegada à visão clássica de mundo.

Mas o ponto que mais chama a atenção nesse prefácio diz respeito à maneira como ele se identifica, de alguma forma, com esse auditório [com os franceses]. Como se sabe, ao longo da *Teoria Geral* [na verdade, desde o princípio], Keynes ataca fortemente a obra de um economista francês [J. B. Say], mas nesse prefácio à edição francesa da *Teoria Geral*, as considerações aos equívocos a que a lei dos mercados de Say, inevitavelmente, levaria só aparecem depois de um resgate de uma outra autoridade francesa, a saber: Montesquieu, “*que foi o verdadeiro equivalente francês de Adam Smith, o maior de todos os economistas, muito acima dos fisiocratas em termos de inteligência penetrante, clareza de idéias e bom senso (que são qualidades que um economista deveria ter)*”. Depois de todo esse apreço inicial declarado à Montesquieu, é curioso que ele não tenha mais sido lembrado na *Teoria Geral*. Talvez esse procedimento seja um exemplo do que Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 73) escreveram com relação à argumentação perante o auditório.

Tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo de auditório. Esse acordo tem por objetivo ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes. Por outro lado, a própria escolha das premissas e sua formulação, com os arranjos que comportam, raramente estão isentas de valor argumentativo: trata-se de uma preparação para o raciocínio que, mais do que uma introdução dos elementos, já constitui um primeiro passo para a sua utilização persuasiva.

Anuatti (2003, p 284) realizou um estudo interessante para o qual alertava sobre a preocupação de Keynes em conquistar diferentes públicos bem antes da publicação da *Teoria Geral* “*especificamente, Keynes identificava três grandes categorias de audiências ou esferas de comunicação: os economistas profissionais, formadores de opinião ou opinião pública educada e opinião pública em geral*”. Para cada público, Keynes se colocou em flancos diferentes: artigos em jornais de grande circulação, entrevistas, debates e transmissões radiofônicas constituíram-se nos meios de propagação de suas idéias, uma espécie de preparação do terreno para a batalha final a ser travada com seus colegas economistas.

A exposição de Anuatti, *ibid*, está repleta de ilustrações que demonstram o processo de penetração das idéias de Keynes em diferentes públicos. Para o caso dos colegas economistas, no entanto, é mais rica quando analisa a comunicação nos periódicos especializados (como por exemplo, o *Economic Journal*). Nesse trabalho, porém, no que se refere ao auditório especializado, Anuatti, *ibid*,

foca a atmosfera ao redor daquela que seria a peça fundamental para persuadir esse público. A partir da leitura dos dois prefácios da *Teoria Geral* - citados aqui - é possível estender as considerações de Anuatti, *ibid*, e concluir que Keynes também segmentou a comunidade dos economistas profissionais, ao mesmo tempo em que defendia a unidade deles em torno de uma só teoria, que já não se justificava.

A análise de como Keynes utiliza a retórica na *Teoria Geral* deve se constituir numa tarefa bastante útil para entender como ela pode consolidar um paradigma. De início, sobressai-se o enquadramento da teoria aceita [a teoria clássica] como um caso particular da *Teoria Geral*. Assim, como argumentou por mais de uma vez, ao longo da obra, ela não estaria errada, não seria irracional se valessem as suas premissas. As ressalvas são com relação a essas últimas. Dado que o mundo “real” não corresponde ao mundo dos “cândidos” Clássicos, ela não seria válida em todas as situações, apenas num caso específico [no pleno emprego]. Transformar aquilo que se quer atacar num caso particular de sua tese é retórica. Assim também o é, contar a história de uma forma linear, apelando para os equívocos de toda uma tradição (onde está Marx como alternativa? Clássicos e utilitaristas pertencem ao mesmo mundo, ou *grupo?*). Mas é bem verdade que Marshall (1982) também tem alguma responsabilidade nisso, como se viu.

No entanto, Keynes não ignorava os estudos que por vezes destoavam do *hardcore* Clássico. Na passagem a seguir, ele demonstra perceber que apenas um corpo teórico edificado poderia dissuadir os antigos de suas crenças. Ao mesmo tempo em que demonstra perceber que as “evidências” empíricas não são suficientes para derrubar as teorias isoladamente, aproveita para chamar para a conversa uma antiga autoridade, percebendo o acerto que ela teve em reconhecer uma falha na demanda assim como ele próprio [Keynes] estava por fazer.

Na economia ricardiana, que serve de base ao que nos vem sendo ensinado há mais de um século, a idéia de que podemos pôr de lado, sem outras cogitações, a função demanda agregada é fundamental. **Malthus**, na verdade, se opôs com veemência à doutrina de Ricardo de que era impossível uma insuficiência de demanda efetiva, porém, em vão. Não tendo conseguido explicar com clareza (a não ser por fatos da observação prática) como e por que a demanda efetiva poderia ser deficiente ou excessiva, **deixou de fornecer uma estrutura capaz de substituir a tese que atacava**; assim, **Ricardo** conquistou a Inglaterra de maneira tão completa como a Santa Inquisição conquistara a Espanha. Sua teoria não só foi aceita pelos meios influentes de Londres, pelos estadistas e pelo mundo acadêmico, como também **cessou toda controvérsia, e o ponto de vista contrário desapareceu** por completo e **deixou de ser discutido**. O grande enigma da demanda efetiva com que Malthus havia lutado desapareceu da literatura econômica. Não se lhe faz menção, uma vez sequer, em toda a obra de Marshall, de Edgeworth e do professor Pigou, que deram à teoria clássica a sua forma mais definitiva. (Keynes, 1996, p. 65, *Sem os grifos no original*)

É provável que esse seja o trecho que inspirou Arida (2003, p. 40) – na ocasião em que apresentava as regras da retórica - a apontar Keynes como um exemplo da regra de número sete [*reinventar a tradição*], pois “*Keynes inventou os Clássicos e se imaginou continuando a tradição anti-ricardiana de Malthus*”. Malthus já teria percebido o equívoco, mas não conseguia oferecer uma solução que conquistasse a academia.

Com relação aos pontos obscuros da *Teoria Geral*, esses podem ser encarados como uma estratégia para lidar com questões que dificultassem o seu recebimento e que gerassem um descontentamento do público ou ainda como um estratagema, bem ao estilo dos estratagemas de *dialética erística* que Schopenhauer (1997) apresentou no século XIX. Apenas como exemplo, é flagrante que, devido às relações circulares entre consumo -poupança - renda e investimento, uma sociedade com uma melhor distribuição de renda teria uma propensão marginal a consumir majorada, se comparada com uma sociedade caracterizada por uma distribuição mais injusta [e o primeiro caso – pelos impactos na propensão a consumir - é preferível ao segundo, no trabalho de Keynes]. Mas o problema da má distribuição de renda pouco é tratado na *Teoria Geral*. A esse respeito, cumpre ainda analisar a forma como ela é abordada.

No capítulo vinte e três da *Teoria Geral*, Keynes organiza um conjunto de citações de diversos trabalhos²⁴ que alertavam para o erro de se pensar que um excesso de poupança pudesse ter impacto positivo sobre a economia, [ou que mais poupança é preferível a menos]. O raciocínio se dá na direção de sustentar que, pelo contrário, essa tendência a poupar geraria apenas e tão somente subconsumo. Apoiando-se, principalmente no trabalho de Hobson e recorrendo também ao uso de uma *fábula*²⁵ esforça-se por demonstrar que a questão do excesso de poupança também está na raiz das crises capitalistas. Em sua argumentação, acaba defendendo a necessidade de corrigir esse problema.

Mas é apenas no capítulo seguinte, de número vinte e quatro, que ele liga o raciocínio. Observa que o problema do excesso de poupança poderia ser minimizado através de políticas de tributação que reduzissem a disponibilidade de recursos ociosos de um lado e que permitissem gastos majorados do Estado de outro. Uma vez que, para ele, essa majoração dos gastos eleva a propensão ao consumo, a doença é combatida. Sabendo, de pronto, o tipo de contra-ataque que receberia, antecipa-se às críticas que poderiam advir de suas considerações sobre a poupança, ao defender algum mecanismo que não permitisse que esse tipo de política acabasse gerando desestímulos ao investimento, devendo-se então impor limites à sua execução [das políticas]. Como conclusão desse raciocínio, escreve:

O nosso raciocínio leva-nos, desse modo, à conclusão de que, nas condições contemporâneas, a abstinência dos ricos mais provavelmente tolhe do que favorece o crescimento da riqueza. Fica assim invalidada uma das principais justificativas sociais da grande desigualdade da riqueza. Não quero dizer que haja outras razões, independentes da nossa teoria, capazes de justificar certa desigualdade em determinadas circunstâncias, porém, nossa tese elimina certamente a razão mais importante que até agora vem sendo o motivo de pensarmos na conveniência de agir com moderação. Isto afeta particularmente nosso modo de encarar os impostos sobre heranças, pois há certas justificativas da desigualdade das rendas que não podem aplicar-se à desigualdade das heranças. [E, pouco mais adiante] (...) É preferível que alguém tire seu saldo do banco do que os seus concidadãos e, embora o primeiro caso seja um meio de algumas vezes levar ao segundo, em certos casos é, pelo menos uma alternativa. (Keynes, 1996, p. 342)

Igualmente, depois de todas as considerações sobre a necessidade de consertar o capitalismo contemporâneo, através da regulação do Estado, na seção seguinte desse mesmo capítulo [e talvez isso não seja uma coincidência], faz questão de ressaltar:

As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras. Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. **O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir**, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que **uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego**, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, **fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo de Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação**. (Keynes, 1996, p.345).

²⁴ Apoiando-se, principalmente no trabalho de MUMMERY, A. F. e HOBSON, J. A. *Physiology of industry*. (1889) [em Keynes, não há referências sobre a origem da impressão. Acredita-se tratar de: HOBSON, John Atkinson; MUMMERY, Albert Frederick. *The Physiology of Industry*: being an exposure of certain fallacies in existing theories of economics. London: John Murray, 1889.].

²⁵ [a “fábula das abelhas” em que uma sociedade se vê numa situação *sui generis* de suspender o consumo perdulário e, devido aos impactos negativos sobre a renda e o emprego daí resultantes, acaba sendo obrigada a suspender algum consumo essencial também]

Sobre o uso das *fábulas* como exemplo, escreveu Aristóteles (2005, p.144) “As fábulas convêm ao discurso e têm a vantagem de que, sendo difícil encontrar no passado acontecimentos inteiramente semelhantes, é muito mais fácil inventar fábulas. Para imaginá-las, assim como as parábolas, basta reparar nas analogias, tarefa esta facilitada pela Filosofia. É, pois, mais fácil encontrar argumentos pelas fábulas, se bem que os argumentos que derivam dos próprios fatos sejam mais eficazes, nas deliberações públicas”.

Nessa obra dirigida aos seus colegas economistas, uma vez que rompeu com o grupo dominante no qual se formou, era preciso dizer que não estava se filiando aos grupos que defendem a intervenção total do Estado na economia, uma demarcação cuidadosamente deixada para as últimas páginas da *Teoria Geral*.

Mas a *Teoria Geral* é rica demais para ser explorada numa seção de artigo. Merece um estudo à parte para ser esgotada. Assim, as considerações a seu respeito, aqui, servem apenas como “evidências” de sua adequação às proposições iniciais do presente trabalho, com relação à análise do papel da retórica para a constituição e afirmação de um paradigma. Sendo o primeiro dos manuais da “Revolução” como se viu, a *Teoria Geral* não está “livre” de subjetividades. Uma longa lista de recursos retóricos encontra-se ao longo dessa obra.

Da eleição de problemas relevantes ao estabelecimento de *convenções*, do uso de metáforas (também bastante difundido) ao apelo à *presença* dos males “evidentes” da Depressão - como sinais de que algo deveria ser feito [nos mesmos moldes em que a túnica ensangüentada de César é utilizada para emocionar o público, em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.133)], Keynes se utiliza de sua *caixa de ferramentas*, sem qualquer hesitação. Tratar de todos esses assuntos exige, pois, um estudo em separado e esse empreendimento já faz parte do projeto do autor do presente trabalho.

O exercício de análise retórica empreendido por Anuatti (2003) poderia também ser facilmente estendido para a forma como os seguidores de Keynes de primeira hora (e mesmo os que vieram depois) passaram a difundir as suas teorias [de Keynes] pela academia e pelos auditórios mais universais. Assim, poder-se-ia analisar, por exemplo, a importância do clássico trabalho de Hicks em 1937 [o *Mr. Keynes and the “Classics”*(...)] como um discurso dirigido, bem como a leitura do "*Interaction Between the Multiplier Analysis and the Principle of Acceleration*" (1939) e do "*Economics: An introductory analysis*" de Samuelson e os papéis que desempenharam na difusão do paradigma keynesiano entre outros

CONCLUSÕES

O presente trabalho se propôs a discutir a evolução da ciência econômica a partir de uma perspectiva metodológica pluralista, com ênfase dada a dois métodos de se contar a história da Ciência: o modelo de sucessão de paradigmas de Thomas Kuhn e a análise retórica. Defendeu-se a correção da utilização da retórica como um meio de completar a análise kuhniana de evolução das “ciências”, de maneira geral. Acredita-se que a retórica tenha um papel importante a desempenhar tanto nas fases pré-paradigmáticas (quando atua na *persuasão* dos cientistas isolados para a sua adesão ao *grupo* dos que defendem o candidato a paradigma) quanto nas fases pós-paradigmáticas (quando atua na preservação e disseminação das crenças desposadas pela comunidade científica).

No entanto, na compreensão dos autores desse trabalho, o sucesso dessa empreitada só está garantido nas fases pré-paradigmáticas de maneira geral. Isso porque, é inegável o fato de que, na vigência de um paradigma que guie a prática da “Ciência”, a *conversação civilizada* entre os cientistas tende a cessar. Os que se colocam contra a visão dominante são relegados a guetos específicos e, ignorados pelos cientistas *normais*. Assim é que, nas ciências naturais, o papel da natureza, dos “fatos” e “evidências” [da maneira como são vistos pela comunidade] acaba predominando sobre os “argumentos” e as “conversas”.

Nas “ciências” sociais, é muito mais raro ocorrer a quase unanimidade dos cientistas em torno do paradigma. Ali, talvez, o papel destinado à retórica assumia maior importância, tanto com relação aos críticos ao *mainstream*, como com relação aos membros da comunidade científica dominante. Conforme se evidencia em McCloskey, inúmeros exemplos podem ser fornecidos com relação à utilização da retórica em diferentes *fronts* na economia. Mas no caso dessa ciência, em especial, é inegável que apesar das opiniões diversificadas do público, a *Sprachethik* não está de modo algum garantida. Os resultados práticos (como revisões de teorias, concessão de maior espaço para expressão das idéias alheias ao *mainstream*, sucessos atestados por prêmios acadêmicos, reconhecimento de trabalhos publicados etc.) não são verificados.

O clamor dos defensores do *projeto retórico* por um resgate da “Economia Política” e tudo o que se circunscreve ao seu redor, tem sido quase que ignorado pelos economistas *hard science* de Arida. Mas isso não invalida essa tentativa de resgate. Pode se tratar de um começo, de um empreendimento que só no futuro se poderá julgar.

Em que pesem as considerações em contrário, não se viu qualquer incorreção na fusão dos dois métodos de se contar a história da Ciência, utilizados nesse trabalho. Um método completa o outro. Se Kuhn reviu sua teoria, mais recentemente, na década de 1990, e chamou a atenção para os exageros cometidos a partir da interpretação de sua obra mais importante, quis, com isso, dizer que muitos estudiosos do método estavam *extrapolando* a idéia que seus estudos dos paradigmas buscavam transmitir, ao renegarem as “evidências” fornecidas pela natureza para contar a sua própria história, e jogá-las para o segundo plano. Não se contradisse, portanto, com relação à possibilidade de haver elementos “externos” capazes de interferir, em algum grau, no processo de constituição e evolução dos empreendimentos científicos desde os seus começos.

Os recursos retóricos estão presentes em toda parte do processo de evolução das ciências e a economia não está “livre” deles, como se viu. Nos discursos, nas palestras, nos manuais que introduzem a ciência etc., aparecem por toda a parte. Ao que parece, nas “ciências” sociais, a força do argumento está mais evidente nos momentos em que os paradigmas se formam do que quando já constituídos, mas não se faz ausente em outros estágios. Ignorar a necessidade de se discutir o assunto é um erro. É negar a própria Ciência.

REFERÊNCIAS

ANUATTI NETO, F. Persuasão racional em Keynes: uma aplicação de retórica das idéias econômicas. **Tese de Doutorado**, São Paulo: FEA-USP, 1994.

_____. “A Retórica da economia: o pragmatismo na metodologia da economia”, **Ciência e Filosofia**, n.6 p.159-198, São Paulo, 2000.

_____. “Persuasão racional: uma análise do esforço de Keynes na formação de uma opinião favorável à mudança nas políticas econômicas”. IN: GALA e REGO (2003)

ARIDA, P. A história do pensamento econômico como teoria e retórica. **Texto para discussão n. 54**. Rio de Janeiro: PUC, 1983.

_____. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**. In: GALA e REGO (2003).

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 17a ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

ASSIS, J. de P. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos avançados** 7 (19). São Paulo: USP, 1993.

BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método: a respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**, v. 12. n. 2. (46), abril-junho de 1992.

BIANCHI, A.M ; NUNES, R. Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon. **Econômica**, v. 4, n. 2, p 153-176, dezembro de 2002, impressa em dezembro de 2003.

BLAUG, M. **Metodologia da economia**: ou, como os economistas a explicam. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CALDWELL, B. J. **Beyond Positivism** – economic methodology in the twentieth century. Londres: George Allen & Unwin, 1984.

DEANE, P. **The evolution of economics ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

FERNÁNDEZ, R. G. **A retórica e a procura da verdade em economia**. IN: REGO (1996)

_____. “McCloskey; Mäki e a verdade” In: GALA e REGO (2003)

GALA, P. A retórica na economia institucional de Douglass North. **Revista de economia política**, vol. 23 n. 2 (90), abril-dezembro/1999

GALA, P; REGO, J. M. **A história do pensamento econômico como teoria e retórica**: ensaios sobre metodologia em economia. São Paulo, Ed. 34, 2003.

- GUTTING, G. (ed.). *Paradigms and revolutions — applications and appraisals of Thomas Kuhn's philosophy of science*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1980.
- HEMPEL, C ; OPPENHEIM, P. *Studies in the logic of explanation*. In: Madden, Edward (ed.). *The structure of scientific thought*, London: Routledge & Kegan Paul, 1960.
- HICKS, J. H. *Mr. Keynes and the "classics": a suggested interpretation*. *Econometrica*, v. 5, n. 3 p. 147-155, abr. 1937.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1996.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3.^a edição. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *The road since structure: philosophical essays, 1970-1993*. Edited by James Conant and John Haugeland. Chicago: Chicago University Press, 2000b IN: OLIVEIRA(2004).
- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, I; MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1979.
- MARSHALL, A. Princípios de economia. *Os Economistas*. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- McCLOSKEY, D. "The Rhetoric of Economics", *Journal of Economic Literature*, 31 (June), 1983, pp. 482-517
- _____. *The rhetoric of economics*. Madison: The University Wisconsin Press, 1998.
- NUNES, R. Instituições e teoria no pensamento econômico das primeiras décadas do século XIX. *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia*. Anpec, 2003.
- OLIVEIRA, B, J. Kuhn contra os kuhnianos. In: Martins, L. A. C. P; SILVA, C.C; FERREIRA, J. M. H. (eds.) *Filosofia e história da ciência no cone Sul*: 3. Encontro. Campinas: AFHIC, 2004, Pp 74-80.
- PAULANI, L. M. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- PEREIRA, L. C. B. *Entrevista*. In: BIDERMAN, C; COZAC, L.F; REGO, J.M. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- PERELMAN, C. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PRADO, E. F. da S. A questão da comparação das teorias em "economia". *Métodos em Economia*, 2003. Disponível em <<http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/artigos.htm>> acesso em 23/12/2005
- PRADO Jr., B; CASS, M. J. R. A retórica na economia segundo McCloskey. In: REGO, J.M. (Org.) (1996) *Retórica na economia*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- REGO, J.M. (Org.) *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SAMUELSON, P. A. "Interactions between the Multiplier Analysis and the Principle of Acceleration". *Review of economic statistics* (21): 1939, Pp. 75 -78.
- SILVEIRA, A. M. da. A indeterminação de Sênior. *Revista de Economia Política*, v. 11, n. 4 (44), outubro-dezembro/ 1991.
- SCHOPENHAUER, A. *Como vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratégias*. Rio de Janeiro: Topbooks editora, 1997.